

JUVENTUDE, MILITÂNCIA E MIGRAÇÃO NO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO MST NO NORDESTE BRASILEIRO (1985-1995)

YOUTH, MILITANCY AND MIGRATION IN THE STRUCTURING PROCESS OF MST IN THE BRAZILIAN NORTHEAST (1985-1995)

Rose Elke Debiasi¹

RESUMO

O presente artigo discute as motivações, resistências e adaptações, no âmbito pessoal e político, de jovens militantes que se deslocaram da região Sul para o Nordeste brasileiro, entre os anos de 1985 e 1995, com o propósito de estruturar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por meio da análise de documentos internos do MST, de entrevistas temáticas e da literatura especializada, busca-se problematizar a adoção da categoria juventude rural, os significados da militância e migração na trajetória social e política dos militantes migrantes e, por fim, os desdobramentos dessa opção no interior das suas famílias.

Palavras-chave: MST. Juventude. Migração. Militância. Famílias.

ABSTRACT

This text discusses the motivations, resistance and adaptations, in the personal and political scopes, of young militants who traveled from the South to the Brazilian Northeast between 1985 and 1995 with the purpose of structuring the Movement of Landless Rural Workers (MST). Through the analysis of MST's internal documents, thematic interviews and specialized literature, this study aims to problematize the adoption of the rural youth category, the meanings of militancy, followed by migration, on the social and political trajectory of the migrant militants and the consequences of this option within their families.

Keywords: MST. Youth. Migration. Militancy. Families.

1. INTRODUÇÃO

No I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizado no ano de 1985, na cidade de Curitiba, Paraná, foram definidos os princípios do Movimento: a luta pela reforma agrária, pelo socialismo e pela nacionalização do próprio MST. O referido congresso definiu, igualmente, a ocupação da terra como a principal forma de luta e o principal meio para obtenção de terras. No entanto, nos primeiros anos de existência, a presença geográfica do MST estava concentrada na região Sul, apesar da pretensão de possuir um caráter nacional.

As discussões travadas no decorrer do I Congresso Nacional do MST (1985) serviram para subsidiar a decisão de enviar lideranças sulistas para regiões potencialmente conflituosas, porém com pouca organicidade. Existia uma avaliação interna de que, para se estruturar nacionalmente, o MST deveria apostar na política de deslocamento² de militantes, pautando-se na experiência

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. Endereço eletrônico: elkedeiasi@gmail.com.

² Para expandir-se nacionalmente, o MST define uma política de deslocamento de militantes da região Sul para o Nordeste e Norte do país, pautando-se na existência de um “padrão de militância” sulista. A compreensão do período é a de que não bastava que o MST fosse criado em outros estados, ele deveria seguir uma linha de atuação unívoca, por isso a existência de determinados critérios e exigências no processo de estruturação do MST. Para mais informações: DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995)**. 313f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

organizativa e produtiva dos colonos da região Sul do país. Portanto, a expansão deveria seguir determinados padrões e métodos. As articulações e os contatos com as lideranças sindicais e religiosas no referido congresso funcionaram como uma rede de apoio e solidariedade na recepção das jovens lideranças nas regiões a que se destinavam.

Este artigo aborda a trajetória de jovens militantes vinculados ao MST que, entre os anos 1980 e 1990, se deslocaram das regiões Sul e Sudeste para o Nordeste do país com o propósito de estruturar o MST nacionalmente. São jovens, filhos de pequenos agricultores, com formação nos organismos da Igreja Católica e com uma rígida educação familiar.

As fontes utilizadas para essa pesquisa são sete entrevistas temáticas, ancoradas na metodologia da História Oral (ALBERTI, 2005; FERREIRA, 2002), realizadas com os atores³ desse processo, entre os anos de 2011 e 2016; documentos internos e publicações do MST (Programas de Reforma Agrária, Plano Nacional do MST de 1989, Cadernos de Formação e Cartilhas) e o Jornal Sem Terra (JST).

O artigo encontra-se estruturado da seguinte maneira: o primeiro tópico evidencia o conceito de juventude e as particularidades dos jovens militantes do MST; o segundo debruça-se sobre os desafios, as responsabilidades, as expectativas e as implicações da militância nos seus aspectos coletivos e particulares; a última parte aborda a relação entre a militância e a migração, e como ambas representavam a autonomia para os jovens do campo nos anos 1980. Discutem-se, ainda, os significados e as representações dessa migração e o papel das famílias na opção política desses sujeitos.

2. A JUVENTUDE RURAL

Valmir Stropasolas (2002) chama a atenção para a diversidade de interesses e as visões de mundo em torno da categoria juventude rural. Segundo o autor, a problematização teórica e conceitual faz emergir a diversidade e a heterogeneidade de manifestações aglutinadas em torno da noção genérica de juventude. O autor demonstra, por meio do estudo de caso realizado no município de Ouro, em Santa Catarina, que

os membros desta categoria social, embora referenciados numa matriz cultural que os identifica em determinados aspectos, e que eles mesmos procuram redefinir no seu cotidiano, explicitam projetos de vida com sentidos muitas vezes divergentes entre si, em que uns apontam para a cidade ou mesmo para a universidade, enquanto outros demandam a propriedade (STROPASOLAS, 2002, p. 146).

Os projetos de vida da juventude rural são compostos por uma diversidade de experiências laborais, educativas, migratórias e organizativas. Neste artigo, privilegiarei a participação política de um grupo de jovens responsáveis pela estruturação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas décadas de 1980 e 1990. Com o processo de redemocratização pós-ditadura civil militar no Brasil (1964-1985), o MST se apresenta como alternativa política e organizativa para os pobres do campo. Nesse cenário, muitos jovens ingressaram no Movimento⁴.

³ Adotam-se os nomes verdadeiros dos entrevistados por compreender que estamos lidando com pessoas públicas, sendo comum encontrar seus nomes em publicações internas, no Jornal Sem Terra e na imprensa falada e escrita dos seus respectivos estados. Essa escolha contou com o conhecimento e consentimento dos entrevistados. O mesmo critério de manutenção dos nomes originais foi adotado para as personalidades públicas, salvo quando pudesse acarretar algum prejuízo de ordem moral ou jurídica para os envolvidos.

⁴ Quando aparecer no texto a expressão Movimento, com a inicial maiúscula, estamos nos referindo ao MST; nos casos em que estiver com inicial minúscula, trata-se de outros movimentos sociais.

Como já mencionado, a realização do I Congresso Nacional do MST (1985) serviu para subsidiar as discussões acerca da nacionalização do Movimento. Os relatos dos participantes e/ou convidados das pastorais, sindicatos ou membros das comunidades contribuíram para elucidar o quadro da política agrícola, o(s) perfil(s) do(s) campesinato(s) e o modo de atuação das elites agrárias e industriais do país. A partir desse diagnóstico, o MST avalia a correlação de forças e o potencial de cada região, articula uma rede de apoio e solidariedade e viabiliza o deslocamento de militantes sulistas⁵.

Por meio de uma política de deslocamento⁶, aproximadamente vinte e cinco jovens⁷ migraram das regiões Sul e Sudeste para outras regiões do país, em especial para o Nordeste brasileiro, com o propósito de estruturar o MST a partir da experiência organizativa e produtiva desenvolvida no Sul do país. Após a realização do I Congresso Nacional do MST (1985), o Nordeste é eleito como região prioritária para o envio de militantes. O item 65, do Plano Nacional do MST (1989), deixa evidente essa orientação: “Desenvolver o MST nos estados do Nordeste com uma política adequada à realidade da região” (MST, 1989).

Muitos desses jovens frequentaram o Curso Nacional de Jovens Monitores, realizado em São Paulo, durante o ano de 1987. Em determinado momento, os coordenadores do curso apresentavam as perspectivas e os limites da militância no Nordeste, e lançava-se o desafio/convite. João Daniel, ex-seminarista e natural do Oeste catarinense, narra a sua experiência e a proposta feita no decorrer do curso:

Da Direção do Movimento [...] que queria organizar um grupo de jovens que topassem estudar e se colocar disponível para ajudar a construir o Movimento em outros estados. Então eu fui participar do primeiro Curso Nacional, chamava “Curso Nacional de Monitores Jovens”. E tava na primeira etapa, na segunda etapa que eu participei eu já vim pra Sergipe. Já fui definido. (Entrevista concedida por João Daniel, 2015).

A seleção das lideranças transmite a ideia de que eles eram eleitos, escolhidos para a realização de determinada tarefa. A fala de João Daniel deixa claro que a decisão de migrar para Sergipe partiu da Direção Nacional do MST; além disso, demonstra que o militante deveria estar comprometido com a qualificação teórica e ficar à disposição da “organização” - MST.

O pequeno fragmento anuncia também o perfil de militante que deveria migrar: trata-se de um militante com um grau de qualificação superior ao conjunto da população rural, disciplinado e que se submeta ao centralismo democrático. A meu ver, o MST se organiza em dois eixos de funcionamento: internamente, atua como um partido político na concepção gramsciana (DEBIASI, 2016); e, externamente, como movimento de massas (aberto e plural). Essa lógica de funcionamento interna é que assegura o cumprimento do centralismo democrático e da direção coletiva, permitindo, assim, que o Movimento assumira os desafios da política de

⁵ Ao se referir a este fenômeno, o MST adota as seguintes terminologias: envio/encaminhamento/deslocamento de militantes. Os entrevistados, por sua vez, geralmente descrevem suas ações como uma “ajuda”, um “auxílio” ou uma “contribuição” ao Movimento. Optei por adotar a terminologia “política de deslocamento” por compreender que existe um conjunto de ações/decisões que envolve a decisão de deslocar uma liderança jovem para outra região do Brasil. A decisão também se pautou nas especificidades desse deslocamento, tais como o formato, o alcance, as resoluções, a duração dos deslocamentos e a crescente especialização na formação política e ideológica dos militantes vinculados ao MST. Analisando o fenômeno individualmente, descrevo as ações desses jovens como uma forma específica de migração, conforme será abordada na terceira seção deste artigo.

⁶ Para mais informações: DEBIASI (, , 2016).

⁷ Segundo Lerrer (2008), uma primeira geração de militantes foi responsável pela construção do Movimento nos seguintes estados: Bahia, Pernambuco, Sergipe, Ceará, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Maranhão. Em seguida, deslocaram-se para os estados de Mato Grosso, Rio de Janeiro e Minas Gerais. De acordo com a autora, pouco mais de vinte atores-chave estruturaram o MST nacionalmente.

deslocamento. Outras características/qualidades exigiam-se dos jovens que ingressavam no MST na década de 1980, como carisma, paciência, flexibilidade, abnegação e espírito de sacrifício.

O depoimento de Carlos Bellé, filho de pequenos agricultores do Oeste catarinense, ex-integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e atual militante do MST, reforça o ideário militante e descreve as influências e as movimentações da juventude do período:

No estado de Santa Catarina, quando tem crescimento, principalmente da juventude nas pastorais e nas atividades sindicais, ela tem uma qualidade, acaba indo para os assentamentos e possui uma particularidade, formando e forjando um grupo social, de ideias e de pessoas. O Movimento [MST] começa a crescer ali com as ocupações. Santa Catarina foi uma sementeira. O gaúcho é mais corporativismo. O próprio trabalho da Igreja que estimulava. O pessoal tinha disponibilidade. A juventude rural no Sul tinha um mínimo de acesso ao estudo. Essa juventude se desenvolve rápido. (Entrevista concedida por Carlos Bellé, 2013).

Nas falas dos entrevistados, observa-se que eles buscam demonstrar sua trajetória, seu engajamento e seus antecedentes políticos para justificar sua politização, bem como sua eleição por parte da Direção Nacional do MST. Os testemunhos iniciam explicando a condição laboral que possuem enquanto filhos de pequenos trabalhadores rurais, arrendatários ou parceiros. Os entrevistados seguem testemunhando ainda a respeito da educação rígida que receberam dos seus pais em termos morais; e finalizam, relatando a participação nos organismos da Igreja Católica e a participação nas distintas frentes de luta da região até o ingresso no MST, quando assumiram a/o tarefa/desafio da migração.

De acordo com Elisa Guaraná de Castro (2009), a migração para outras regiões representa a autonomia do jovem. Por meio da migração, o jovem visualiza mudanças na sua vida pessoal e almeja transformações na estrutura social. No MST, o jovem militante encontrou a motivação política, os meios e a possibilidade para sua emancipação. O depoimento de Jaime Amorim, do interior de Santa Catarina, demonstra como os objetivos se retroalimentam, e a força que o Movimento adquire na condução política da juventude.

Naquele auge, mudança no Brasil. A maioria jovem, então quando surge o movimento de luta pela terra, ninguém pensou duas vezes: independente, você larga família, é diferente, se deslocar. Tinha essa força porque do momento político. Isso impulsionou a se jogar. Todo mundo quer se deslocar, Paraíba, Pernambuco, Bahia. (Entrevista concedida por Jaime Amorim, 2013).

A juventude, entendida como um período de transição, representava o período ideal para migrar. O próprio período definido pelo MST para o deslocamento do militante (de dois anos) demonstrava o entendimento de que se tratava de um período de transição, de formação e de direcionamento. Cabe mencionar que o fato de serem jovens, sem filhos e sem o compromisso de gerir a propriedade, facilitou o deslocamento para outras regiões do Brasil.

O depoimento de Izabel, catarinense e integrante da equipe responsável pela seleção e pelo envio de militantes para as regiões consideradas com fraca organicidade, descreve a compreensão mencionada acima e o caráter experimental da política de deslocamento do MST nos seus primeiros anos de existência. Ela diz: “Muitas iam para ficar pouco tempo, foram e voltaram ou ficaram dois anos que era o projeto era ficar dois anos. Iam dois anos e voltavam. Outros foram e não voltaram mais” (Entrevista concedida por Maria Izabel Grein, 2016).

A política de deslocamento de militantes (inicialmente, prevista para dois anos) foi se adaptando às necessidades orgânicas do MST, sinalizando, assim, a permanência do militante em algum estado específico do Nordeste, ou a sua migração para outros estados, de acordo com as exigências do Movimento, seja para o cumprimento de alguma tarefa, seja para assumir as

instâncias de direção política; por outro lado, também houve casos de o militante optar por permanecer, pois já havia constituído família no novo estado.

Como exemplo, podemos citar a trajetória de Jaime. No ano de 1985, ele migrou de Santa Catarina para o Sul da Bahia, especificamente para a cidade de Teixeira de Freitas. Lá teve como função organizar a primeira ocupação de terra, tendo como bagagem as experiências adquiridas no Sul do país. Com a repercussão positiva da primeira ocupação, outras ações foram projetadas na Bahia e novos deslocamentos de militantes foram previstos para outros estados do Nordeste. Em paralelo, iniciou-se um processo de teorização a respeito da elaboração de um “método de trabalho de base⁸”. Após um tempo, Jaime assume outras funções na estrutura orgânica do MST, deslocando-se para vários estados do Nordeste. Desde 1989, encontra-se assentado na cidade de Caruaru, Pernambuco, com a família⁹.

O experimento político da Bahia, encabeçado por Jaime e outro militante do Sul do país, foi objeto de discussão no *Jornal Sem Terra*.

A juventude não é só o futuro, a juventude é o presente do país. É a partir da juventude que vamos garantir as transformações sociais. Com a juventude vamos iniciar uma nova experiência no Nordeste, até o momento só ocorrido na Bahia, que é um curso de formação integrada com a produção. (*JORNAL SEM TERRA*, n. 118, jul./ago. 1992, p. 6).

Nessa publicação, percebe-se a expectativa, a responsabilidade e o protagonismo da juventude nas ações realizadas na Bahia. Em minha Tese de Doutorado, intitulada “Migração, memória e militância: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995)”, defendida em 2016, demonstrei as expectativas e as cobranças que recaíam sobre a figura dos militantes na apresentação de resultados rápidos e concretos. A orientação era realizar o maior número de ocupações possível, de modo a deflagrar a dimensão do problema agrário brasileiro. O objetivo central residia em modificar a mentalidade da população, potencializando, assim, um número maior de incorporações ao MST.

O depoimento de Izabel, natural de Joinville (SC), por sua vez, demonstra que muitas vezes os jovens eram considerados inexperientes no seu local de origem, mas no Nordeste ela (experiência) ganhava volume e contornos próprios.

E nós estamos muito fresquinho vindo das Comunidades Eclesiais de Base, que tinha formado muita juventude como liderança. Claro que, às vezes, lá no Grupo de Jovens ela não era liderança, mas quando vem para o Movimento vira liderança, ele [jovem] tinha o aprendizado que ele fez do Grupo de Jovens. Fazia uma ocupação, florescia um monte de gente que podia ser liderança. (Entrevista concedida por Izabel Grein, 2016).

Observa-se que a formação política do jovem militante é percebida de diferentes formas, dependendo da sua clientela, do perfil das organizações e dos movimentos sociais, bem como do contexto político da região em que passa a atuar. De acordo com Elisa Guaraná de Castro (2008), a categoria juventude, além de representar identidades sociais, trata-se “[...] de uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social” (CASTRO, 2008, p. 3).

Para os dirigentes nacionais entrevistados pela pesquisa de Castro (2008, p. 12), o MST é composto de três gerações de militantes: “[...] a geração fundadora, a geração que se forma a

⁸ O “método de trabalho de base” previa quatro reuniões formativas para a participação em uma ocupação de terra, entre outras exigências para o recrutamento de militantes, de modo a assegurar um “padrão de militância”.

⁹ Será retomado esse aspecto no terceiro tópico deste artigo.

partir da constituição dos primeiros assentamentos e uma geração mais nova que surge mais recentemente e que é composta por filhos de militantes e/ou assentados, e jovens oriundos do meio urbano”. Conforme observado pela autora, o marco definidor, nesse caso, não é a idade, mas o ingresso no movimento social. As duas primeiras gerações, em termos de faixa etária, são equivalentes, pois o processo de gestação do MST não leva mais de cinco anos. A mesma equivalência em termos de idade ocorre com as duas primeiras gerações de militantes migrantes (LERRER, 2008) analisadas por mim. O MST, portanto, foi formado e estruturado por jovens, cuja militância teve início nos anos 1980 e início de 1990, com uma faixa etária de vinte a trinta anos.

Com relação à terceira geração, identificam-se elementos como expectativa, orgulho, satisfação, principalmente quando se tratam dos filhos que dão continuidade ao projeto iniciado pelos pais. Jaime Amorim, em determinado momento da entrevista, faz questão de mencionar que seu filho, então com dezenove anos de idade, já ocupava uma posição de Direção na estrutura organizativa do MST.

Ao analisar o Jornal Sem Terra, disponibilizado no Armazém Memória¹⁰, encontrei uma reportagem sobre o I Encontro Estadual de Jovens Acampados e Assentados, realizado em 1989, em Sarandi, Rio Grande do Sul. Na ocasião, o JST entrevistou seis jovens, questionando-lhes sobre os desafios e os objetivos de ser sem-terra organizado. Destacam-se duas respostas, a de Lúcia e a de Taurus, respectivamente, as quais refletem o diálogo estabelecido com Castro (2008) sobre a relação da juventude rural com a família e o engajamento em grupos e/ou organizações políticas. Assim disse Lúcia: “Meu pai já está assentado, mas vi que tem espaço para nos organizarmos e lutar. Vamos espalhar os frutos desse encontro para poder massificar mais e mais nosso Movimento” (JORNAL SEM TERRA, 1989, p. 8). Abaixo, segue a fala de Taurus:

Não devemos ficar ao redor do pai, temos que sair e organizar, do contrário a nova sociedade não acontece. O que tem para se fazer está em nossas mãos, é só organizar, desenvolver alternativas de luta e produção, dominar a ciência, espalhar a luta em todos os cantos onde houver trabalhadores explorados (Ibid).

Os depoimentos de Lúcia e de Taurus demonstram um “despertar”, visível pela possibilidade de participar de um Encontro promovido pelo MST, de estudar e de organizar os trabalhadores em diferentes áreas, assumindo o protagonismo que outrora coube aos seus pais.

Castro (2008) descreve que quando pais e filhos dividem o mesmo acampamento, o segundo é desprivilegiado na hora das falas. Nos depoimentos analisados por mim, observo que longe dos seus locais de origem, os entrevistados não relatam a falta de autoridade e subordinação ao espaço doméstico, como mencionado por Castro. O fato de não ter a presença do pai no mesmo espaço do filho pode ter contribuído para o respeito e a visibilidade do jovem militante no Nordeste e em outras regiões do Brasil pós 1980. Outro elemento a ser considerado é o fato de os entrevistados já serem adultos, com mais de cinquenta anos, e terem assumido espaços de direção e alcançado prestígio no grupo político (BOURDIEU, 1989); e, não serem mais jovens em busca de reconhecimento, autonomia e aceitação.

Como se pode perceber, no final dos anos 1980 já existia uma referência política voltada para a juventude no MST; todavia, isso é algo pouco destacado no discurso dos militantes que assumiram o desafio da migração naquele momento. Externa e publicamente não existia um esforço de se afirmar enquanto jovem, pelo contrário, o discurso imperante era o de *classe social*. A categoria juventude não era acionada como classificação identitária por aqueles que eram jovens na época, como o Jaime, o João Daniel, a Izabel, entre outros. Eles denominavam-se “camponeses”, “sem-terra”, “lavradores”, “militantes”, mas não adotavam a categoria juventude

¹⁰ Disponível em: <<http://armazemmemoria.com.br/>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

na cena política. Além do não reconhecimento identitário da categoria, as representações da juventude como “irresponsável”, “imatura” e “inexperiente” exerciam influência significativa no imaginário rural do período (CASTRO, 2009).

A visibilidade desses novos atores políticos e a adoção de categorias de análises correspondentes tornaram-se objetos de discussão e representação no Movimento, principalmente a partir do III Congresso Nacional do MST, realizado no ano de 1995¹¹. A partir desse ano, avolumam-se os eventos/encontros/atividades destinados aos jovens, como o I Encontro Estadual de Jovens dos Assentamentos, em Cantagalo, no Paraná. O tema do evento foi: “A reforma agrária garante o jovem no campo”. Já o Coletivo Nacional da Juventude, vinculado à estrutura orgânica do MST, somente foi criado no ano de 2006.

De acordo com Castro (2008), a identidade social da juventude rural surge no campo brasileiro de forma mais visível e organizada a partir dos anos 2000. A autora enfatiza o espaço do acampamento como parte de um repertório de ação política¹²; nele, a militância se consolida como identidade social e a categoria juventude adquire visibilidade entre os movimentos sociais do campo.

3. A MIGRAÇÃO COMO SINÔNIMO DE MILITÂNCIA

Na militância, os sujeitos organizados reivindicam direitos sociais e políticos, melhores condições de vida e trabalho, propõem projetos políticos e realizam mobilizações e greves entre outras ações de contestação e resistência. Todavia, a militância política não é algo que está desconectado de sua realidade, não é algo à parte, exclusivamente do universo militante. Antes de militantes, esses sujeitos são trabalhadores e trabalhadoras, que aderem a uma causa, um conjunto de princípios, ideias e símbolos políticos, por distintas razões, seja por motivação revolucionária, seja para viabilizar seu sustento e de sua família.

Little (1994) afirma que as pessoas migram por diversas razões. No livro *Espaço, memória e migração – Por uma teoria de reterritorialização*, ele apresenta sete categorias de grupos desterritorializados. Essas migrações, segundo o autor, são resultantes do nomadismo; da diáspora; dos deslocamentos diretos e forçados; da migração grupal reativa; das migrações colonizadoras; das migrações laborais temporais; e, por fim, da migração sobreviventista. O conjunto de categorias fornece o marco conceitual para o autor: a conjunção entre a migração e a memória. Cada um dos diferentes tipos de deslocamento humano mencionados acima cria sua própria história e, portanto, tem uma forma própria de memória coletiva. Cada povo, grupo ou indivíduo deslocado procura uma nova forma de relocalização no espaço (LITTLE, 1994, p.11).

Ainda de acordo com Little (1994), a “migração laboral temporal” pode ser dividida em duas escalas, segundo o nível de formação e qualificação do migrante. No lado inferior dessa escala, encontram-se os trabalhadores com pouca qualificação e mínimo acesso à educação formal, que migram para os centros urbanos de seu país ou dos países industrializados, em busca de empregos e uma vida melhor; na outra ponta, temos os profissionais que migram com uma segurança de trabalho. Neste grupo estão inclusos tecnocratas, diplomatas, intelectuais e missionários (LITTLE, 1994, p. 10). No nosso caso, trata-se de um militante migrante com funções de liderança e de direção política, capaz de impulsionar e estimular os trabalhadores locais a se organizarem. O militante vinculado ao Movimento, ao migrar, contava com relativa segurança, resultado dos contatos e articulações com as redes de apoio e solidariedade da região, e com o envio de recursos financeiros pela Direção Nacional do MST para custeio das despesas

¹¹ Esses aspectos também são observados no II Programa de Reforma Agrária do MST (1995).

¹² A partir de 1995, outros movimentos aderiram à forma de luta “ocupação de terra”, antes praticamente monopólio do MST.

emergenciais; devendo, além disso, estar ciente de que seu retorno era possível, em caso de não adaptação.

Segundo o autor, as migrações laborais temporais não compartilham a “ideologia dos colonos de estabelecer um espaço novo exclusivamente seu. Os profissionais que migram situam-se na posição única de criar memórias que servem para mediar às diferenças entre grupos” (LITTLE, 1994, p. 14). Esse parece ser o desafio dos jovens militantes e migrantes. Quando partem de seus estados de origem não possuem a pretensão de se estabelecer no Nordeste, ou de se tornarem assentados nos novos locais; pelo contrário, o desafio é, justamente, construir um instrumental, por meio da manipulação dos elementos sociais, políticos, religiosos e da memória coletiva, para ajustar-se ao novo local e desempenhar suas funções na militância.

Os militantes recém-chegados não restringiam a sua atuação a somente um estado. O formato de migração que se discute aqui se encontra alinhado com a ideia de circularidade. Para esse tipo de migração existem poucos estudos, dada a dificuldade de quantificá-la. Trata-se de uma prática adotada por várias igrejas, por meio do envio de missionários, e por alguns partidos de esquerda. As experiências de Porecatu (1946-1951) e Trombas e Formoso (1950-1954), por exemplo, contaram com o envio de militantes externos, vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A migração, portanto, está relacionada com a militância (com o objetivo de fazer parte de um grupo cuja estrutura organizativa funciona internamente como um partido político), e não com a ideia de uma migração específica, resultado e/ou influência de uma cultura de migração, motivada e parte constitutiva das estratégias de reprodução do campesinato. Todavia, consideramos importante reproduzir algumas leituras que discutam as migrações em diferentes contextos, pois elas auxiliam a refletir sobre a relação do militante migrante com o campesinato – sua natureza, lógica de funcionamento e mecanismos de manutenção.

Maria Aparecida de Moraes Silva (2004) trata a migração a partir de uma perspectiva subjetiva, que, segundo ela, retroalimenta o camponês fazendo com que ele mantenha a esperança. Afirma ser necessário apreender as ilusões, os projetos e os sonhos do trabalhador, que vislumbra, na migração, a possibilidade de uma vida mais digna e de manutenção da sua unidade familiar. Ou seja, a migração não atende somente aos aspectos materiais de sobrevivência, mas aos elementos de ordem simbólica e afetiva.

Outra discussão apresentada por Silva (1992) diz respeito à existência de um “hibridismo” na condição do migrante. De acordo com a autora, esse hibridismo é definido como uma mistura de camponês e assalariado, resultado das transformações e adaptações diante da migração. Essa noção de hibridismo pode ser estendida para a análise do militante migrante. Durante o período em que ele está desenvolvendo uma tarefa orgânica, ainda não possui seu lote de terra, ainda não foi assentado. Apesar de conhecer a realidade do campo, não está envolvido no processo produtivo e não possui um lugar de morada. As suas despesas são custeadas pelo MST e demais entidades. Pode ocorrer de alguns já terem constituído família, nesse caso a família fica responsável por gerir a propriedade.

Marilda Aparecida Menezes (2009) analisa como a migração tem sido uma experiência histórica de reprodução do campesinato brasileiro. Para tanto, adota três eixos de análise: a) migrações enquanto estratégia de reprodução social dos camponeses em processos de transformação social; b) migrações segundo a dinâmica da família; e c) enquanto experiência intergeracional do campesinato. Discute-os a partir de dois estudos de caso na Paraíba. Um estudo é voltado para a cultura consorciada (pequenos proprietários, moradores e rendeiros), durante as décadas de 1970 e 1980. A outra experiência ocorre no Agreste e situa-se na década de 1990. Segundo a autora:

As redes sociais organizam o processo migratório em todas as etapas – antes, durante e na chegada a São Paulo –, demonstrando a importância das relações

de reciprocidade nos diversos espaços e tempos que marcam a(s) trajetória(s) migratória(s) dos indivíduos ou famílias (MENEZES, 2009, p. 277).

Para compreender a relação entre a migração e as condições de existência dos pequenos proprietários, moradores e rendeiros do Agreste paraibano, a autora adotou metodologicamente o estudo de trajetórias migratórias de um grupo de vinte camponeses – migrantes, cujas idades variam entre 20 e 77 anos. As trajetórias migratórias, segundo Menezes (2009), captam a multiplicidade de pontos de cruzamento entre a história dos indivíduos, das famílias e dos grupos sociais aos quais pertencem.

Klaas Woortmann (2009) trabalha com a ideia de pertencimento e enraizamento das comunidades camponesas a um lugar – local de trabalho e afeto – e apresenta três experiências de migrações (migração pré-matrimonial, a migração do pai e a migração definitiva), qualificando-as como “parte integrante (das) próprias práticas de reprodução do campesinato”. A partir da década de 1960, observa-se um conjunto de migrações temporárias ou sazonais, restritas ao período da safra da cana ou da laranja e do café. Geralmente são homens que migram sozinhos, já que na colheita da cana-de-açúcar não se admite a presença de mulheres nos alojamentos; enquanto que na do café já se observa a presença das famílias. Segundo Leonilde Servolo de Medeiros, até a década de 1990, muitas famílias se fixavam na região nordestina; depois, com a intensificação da mecanização em praticamente todas as etapas produtivas da cana-de-açúcar e da laranja, o número de migrantes foi se tornando excedente (MEDEIROS, 2010).

Muitos autores, ao longo das últimas décadas, passaram a questionar a tese da migração definitiva do Nordeste para o Sudeste, principalmente pelas migrações de retorno ou múltiplas. Essas transformações exigiram dos pesquisadores uma revisão acerca dos conceitos, tipologias e grupos sociais migrantes (MENEZES, 2012). Marilda Menezes (2012), no artigo “Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos”, descortina a necessidade da construção de novos instrumentos metodológicos que possam dar conta de compreender a complexidade dos processos migratórios. As experiências ora estudadas por mim não constam das estatísticas, tampouco existe instrumental teórico discutindo-as de forma satisfatória. As tipologias apresentadas, migração definitiva ou migração de retorno, não dão conta de estudar os safristas (que se deslocam permanentemente), os trabalhadores que migram para grandes projetos da construção civil e as trajetórias de migrações individuais, como as experiências vividas pelos militantes do MST (MENEZES, 2012).

De acordo com Menezes (2012), trata-se de trajetórias de vida marcadas pela mobilidade. A mobilidade, então, não representa a desagregação e o desenraizamento, mas uma “[...] permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais” (MENEZES, 2012, p. 26). De acordo com Sabourin (2011), embora o migrante tenha uma vida marcada pela permanente mobilidade, há sempre uma localidade que representa a referência de fixação.

Essa recomposição é identificada no depoimento de Fátima Ribeiro, quando ela precisou migrar do Ceará para o Rio Grande do Norte, após dez anos de militância naquele estado. Fátima, natural do Espírito Santo, realizou a primeira migração no ano de 1989, com apenas 19 anos de idade, para Fortaleza, Ceará. Quando deslocada para o estado do Rio Grande do Norte, ela lamentou a decisão da Direção Nacional: “Porque a gente já tinha um convívio, era muito familiar, convivência com a direção, com a militância, com os trabalhadores, você vai sempre adotando famílias”. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011). Como demonstrado, a entrevistada adentrou ao universo sertanejo e estabeleceu novos vínculos afetivos e de amizade no Ceará.

O depoimento de Fátima corrobora a argumentação de Claudia Monteiro (2013), apresentada na sua Tese de Doutorado “Política entre razão e sentimentos: A militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)”, sobre a atuação dos militantes do PCB no Paraná, durante o

período da legalidade (1945-1947). A autora destaca o papel da criação de laços de amizade e de um espaço de sociabilidade permeado pelo afeto na permanência do militante na organização política, além dos elementos ideológicos.

4. MILITÂNCIA E MIGRAÇÃO COMO SINÔNIMOS DE EMANCIPAÇÃO

No debate clássico sobre o papel das migrações, pode-se afirmar que as migrações de jovens se apresentam como símbolo e expressão de redefinições e questionamentos no espaço rural e na agricultura familiar (STROPASOLAS, 2002, p. 148). O deslocamento para as regiões nordestinas, apesar do desconhecimento das condições que lhes aguardavam, representava uma libertação para os entrevistados. O depoimento de Dilei, filha de pequenos camponeses da região Norte de Santa Catarina, expressa o desejo de mudança:

A coordenação perguntou se eu tinha disponibilidade de vir construir o MST em outras regiões. Se eu tinha disponibilidade de vir pro Nordeste, quem tinha disponibilidade, mas eu não contei tempo. Dois minutos e eu já tava com a mão levantada. Cheguei em casa, retornei no domingo, quando foi terça-feira peguei um ônibus. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

A migração também representava o distanciamento daquele modo de vida, da colônia, que, em determinados momentos da narrativa, parece sufocar o/a militante. Em geral, eles possuíam uma educação conservadora e, no caso das mulheres, maior controle e cerceamento das suas ações. Castro (2008) descreve o peso da autoridade paterna na organização da produção.

O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens através das relações familiares e demais redes sociais, principalmente mulheres, que se estendem para os espaços que frequentam (CASTRO, 2008, p. 3).

Abaixo, tratarei de alguns enfrentamentos, contradições e conquistas da chamada primeira e segunda geração de militantes do MST (LERRER, 2008), então responsáveis por nacionalizar o Movimento nos moldes organizativos e produtivos do Sul do país. Como já mencionado, o quadro analisado envolve sete entrevistas temáticas, realizadas entre os anos de 2011 e 2016, com quatro mulheres e três homens que migraram¹³ entre os anos de 1980 e 1990 para o Nordeste brasileiro.

Os elementos opressores são mais visíveis na fala delas, geralmente destinadas ao casamento, aos afazeres domésticos e ao cuidado de filhos, hortas e animais. O depoimento de Zenaide demonstra esse cenário e os recursos, ou “apostas”, disponíveis para uma jovem no momento:

A gente foi muito massacrada dentro da Igreja. Ir para o convento é pior coisa da vida, mas se você não tem outra saída. Como era filha, minha mãe não deixa estudar. Imagina o pessoal que vão dizer!? Imagina, minha filha mulher estudar fora. Meus irmãos podiam fazer as coisas, mas eu não [...] Tinha muito vontade de estudar, de sair. E a minha mãe queria que eu casasse, tivesse uma penca de filhos, e ficasse lá ao redor deles. E eu não queria isso. [...] Aí quando eu falei que ia para o convento, ela ficou meio assim, mas para o convento até eu deixo você ir. Mal sabia ela que logo depois eu iria sair, mas tudo bem. Eu fui por essa

¹³ Uma das entrevistadas migrou apenas dentro da região Sul.

motivação, eu queria estudar, eu queria conhecer outro mundo. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013)

Por um determinado período na vida dessas mulheres, a ida para o convento representou uma alternativa, materializada na possibilidade de prosseguir com os estudos ou, pelo menos, adiar os planos de casamento. A ida para o convento cumpriu um duplo papel. Ao mesmo tempo em que possibilitou o contato com uma nova realidade, por meio dos trabalhos das pastorais desenvolvidos nas comunidades rurais e com a aproximação dos movimentos sociais, os ensinamentos e as práticas da Igreja passaram a entrar em contradição com a nova realidade descoberta, assim como o rígido controle sobre os seus atos e comportamentos.

Os depoimentos de Dilei e Zenaide, novamente, apontam nessa direção.

E depois eu vim fazer o trabalho nas periferias de Blumenau, seis meses. E foi ali, nesses seis meses, que eu decidi sair, que aí eu tive contato direto com as comunidades. E aí eu fui questionando por que a teologia da libertação me ensinava uma coisa, e dentro da Igreja, a estrutura da Igreja eu comecei a perceber as contradições internas. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015)

Que elas me mandaram para as comunidades fazer uma experiência, porque eu era muito rebelde, eu brigava muito lá dentro. Não concordava com um monte de coisas, aí elas disseram que iam me mandar para uma comunidade para fazer uma experiência. Aí depois você volta, se você quiser continuar, você continua; se não quiser mais, aí você ver o que fazer. Eu queria muito sair. Queria participar disso, daquilo e elas não me deixavam fazer nada. E eu estava bem na época de participar de tudo, foi onde eu comecei ir para São Miguel do Oeste, que lá era uma casa das irmãs que elas trabalham com a comunidade. Aí elas me colocaram para trabalhar com esse padre. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013)

Como se pode perceber, a privação e o controle não eram exclusividade do ambiente familiar. Gradativamente, os cerceamentos e as punições, aliados às contradições da própria Igreja Católica, causaram um clima de revolta e indignação em parte da juventude missionária. A militância, nesses termos, representava uma libertação, uma nova dinâmica de vida e a construção de novos valores. A opção pela militância, seguida da migração, no entanto, gerou desconforto e embates no interior das famílias, independentemente de gênero.

Das quatro mulheres entrevistadas, três delas abandonaram a vida religiosa para se dedicarem à luta pela reforma agrária e a construção do MST. Cabe ressaltar que uma das militantes não possuía uma atuação prévia nas Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (CEB), tampouco estudou em instituições de orientação religiosa. Duas tiveram filhos no Nordeste, com “companheiros” das redes de apoio e solidariedade ao MST, e, atualmente, encontram-se solteiras. Uma delas partiu casada de Santa Catarina para o Nordeste, com um também militante migrante; e, uma das militantes não constituiu família. Essa última migrou apenas entre os estados do Sul, optando por não ir ao Nordeste, quando convidada.

Quanto aos homens, os dois que partiram solteiros constituíram família logo após a chegada ao Nordeste, casando com “companheiras” de lá. E o terceiro partiu para Maceió, capital do estado de Alagoas, poucos dias após o casamento, realizado no interior de Santa Catarina. Com o convívio diário na militância, muitos casais se conheceram e contraíram matrimônio. Esse foi o caso de Zenaide e Carlos Bellé mencionado anteriormente. O casamento serviu como incentivo e argumento para o envio deles para Maceió. A conversa foi conduzida por João Pedro Stedile, integrante da Direção Nacional do MST. Segundo Zenaide, ele disse:

“Seguinte: Vocês dois estão casados, vocês têm uma experiência do MST no estado [Santa Catarina], na Igreja. A Zenaide trabalhou aqui na secretaria tantos anos. E a gente quer que vocês vão para o Nordeste”. (Entrevista concedida por Zenaide Busanello, 2013).

Para os homens, a ida para o seminário sinalizava a possibilidade de melhorar financeiramente, por meio da continuidade dos estudos. Na época, o tamanho das propriedades impedia a continuidade da partilha da terra e/ou causava dificuldades para a manutenção dos contratos de arrendamentos, forçando, assim, que os filhos e filhas buscassem outros meios de subsistência, principalmente após contrair matrimônio.

Todos os entrevistados tiveram acesso à continuidade dos estudos nos organismos da Igreja Católica, sendo que um deles precisou abandonar o seminário (e, conseqüentemente os estudos) por dificuldades financeiras da família. Dos três entrevistados do sexo masculino, dois deles cursaram nível superior. Essa motivação está presente no depoimento de Bellé:

Na juventude você tem uma abertura maior para sonhos. Eu saí de casa com dez anos, filhos de pequenos agricultores. Estudar e vai girando. De certa maneira, vai perdendo aquela raiz, de ficar mais fixo em determinado lugar. Constroem outras relações [...] isso dá, de certa maneira, uma possibilidade maior, pelo estudo. (Entrevista concedida por de Carlos Bellé, 2013).

Para Dilei, a principal motivação para seguir na militância era (e ainda é) as condições de vida vivenciadas pela população pobre rural. Para se integrar às comunidades rurais e adquirir a confiança dos sem-terra da região nordestina era necessário viver como eles, segundo a entrevistada. Isso, no caso de Dilei, representou uma considerável privação alimentar. Muito rapidamente, ela destaca que as conquistas do MST, em partes, resultaram do perfil da militância (espírito de sacrifício) e de sua condição (jovem), associado à ideia de disponibilidade e desprendimento. Vejamos: “Eu acho que esse espírito da juventude, isso é bom. Porque a gente era bastante jovem. Não tinha noite, não tinha dia, assim. Se dormisse, não dormisse, se comesse farinha com água, comia, e tava bom” (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

O espírito de sacrifício está presente na maioria das falas dos militantes. No caso de Dilei, cuja formação se iniciou no interior da Igreja Católica, a aproximação com a Teologia da Libertação (TdL) foi decisiva para despertar o sentimento de indignação e solidariedade com os menos favorecidos. Para além dos valores forjados na Igreja, a entrevistada deixa claro que a abnegação estava presente no seu ambiente familiar.

Pra mim foi uma coisa tão... que eu sempre tive um espírito de... porque se eu ficasse nas franciscanas eu ia pra África. Eu não ia ficar. Porque tinha aquelas, as irmãs elas tinham em vários espaços. Eu já tinha me disposto a ir pra África. Então não sei se isso é... porque a cultura, a formação que a gente teve no berço foi de contribuir com as pessoas. Certo? Então eu acho que isso é, é... a Igreja fala isso de contribuir com os mais pobres. E a família, o pai, a mãe também sempre foram muito assim, dessa solidariedade com os pobres, com as pessoas mais, que tivessem mais dificuldades. (Entrevista concedida por Dilei Schiochet, 2015).

Esse ambiente de solidariedade, identificado em várias comunidades do interior do Brasil, também é abordado por Zenaide. Para as entrevistadas, os exemplos familiares e a convivência em comunidade despertaram uma relação de empatia com os mais pobres e marginalizados. Essa tônica acompanha toda a narrativa. Sempre que questionada sobre a motivação de determinada postura, ou quais elementos contribuíram para tomar a decisão da migração, o exemplo familiar aparece em cena. Nesses termos, o núcleo familiar, ao mesmo tempo em que limita e julga determinados comportamentos, comporta elementos de solidariedade, coletividade e justiça,

fundamentais na formação e na trajetória dos militantes migrantes. Da mesma forma, a relação estabelecida com a Igreja mostrou-se contraditória, ora emancipatória, ora paralisante. Por outro lado, a formação política e ideológica adquirida nos cursos e instâncias do MST forneceu maior rigor para o trabalho militante desses jovens.

Por meio da análise das entrevistas, identificam-se elementos comuns e particulares na militância que, de forma articulada, forneceram um estilo, um modo de militar próprio dos militantes migrantes, responsável por nacionalizar o MST, de forma coesa e unificada, porém com arranjos para cada estado nordestino (DEBIASI, 2016). Em consonância com a expansão do MST, são enfatizadas, nos depoimentos, as mudanças nas condições de vida e trabalho da população pobre do campo, sobretudo por meio da aquisição de bens de consumo e acesso aos serviços, como moradia, educação, energia elétrica, financiamento e créditos para a produção.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os jovens aqui estudados tornaram-se protagonistas como militantes, ao assumirem a condição de “sem-terra”, e adotarem um novo repertório de ação e mobilização, baseado nas ocupações de terra e nas caminhadas (MEDEIROS, 2010). Com a migração para realidades então desconhecidas, gradativamente, eles foram adquirindo maior autonomia e prestígio no seu grupo político. Sistemáticamente, passaram a disputar posições nos espaços de decisão e deliberação, adquirindo, assim, visibilidade política e social no MST e fora dele. Cabe mencionar que os militantes deslocados estavam constituindo-se enquanto lideranças no fazer-se do próprio Movimento, ou seja, forjando-se enquanto quadros dirigentes justamente no processo de estruturação do MST.

Nesse sentido, observa-se se uma dupla movimentação, por um lado, a consolidação de trajetórias individuais na militância política; e, por outro, as bases para a construção/consolidação da juventude como categoria identitária, sobretudo após os anos 2000. A organização formal dos jovens nas organizações sociais pós-ano 2000 também é resultado do processo de articulação das décadas anteriores, como o trabalho militante desenvolvido pelas Pastorais, em especial a Rural e a da Terra, e pelo próprio MST.

*Enviado em 18 de julho de 2017
Aceito em 13 de novembro de 2017*

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.

AMORIM, Jaime. Entrevista gravada, concedida a Rose Elke Debiasi. Caruaru (PE), 02 ago. 2013. 2h23min.

BELLE, Carlos. Entrevista oral [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 22 set. 2013. 2h15min.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Memória e Sociedade. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A e Lisboa: Difel Ltda, 1989.

BUSANELLO, Zenaide. Entrevista gravada, concedida a Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 23 set. 2013. 59 min.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processo de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais**, Niñez y Juventud, v. 7, n. 1, Manizales, jan./jun. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692715X2009000100008&script=sci_arttext>.

Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. **Anais do XXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**. Caxambu-MG, 2006.

_____. Processos de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro, jun. 2008. Disponível em:

<http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2010/Elisa%20Guaran%C3%A1%20de%20Castro.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 380f., 2 vs. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

DANIEL, João. Entrevista oral [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Nossa Senhora do Socorro (SE), 21 mar. 2015. 2h16min.

DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância**: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). 313f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

_____. A política de deslocamento de militantes do MST (1985-1993). **Anais do III Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Florianópolis: Udesc, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). História oral: desafios para o século XXI. In: JOUTARD, Philippe. **Desafios à História do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31- 47.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945- 1966). Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

GREIN, Maria Izabel. Entrevista Oral [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Curitiba (PR), mar. 2016. 1h57min.

LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas**: nacionalização e modernidade do MST. UFRRJ, 2008. 197f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

LITTLE, Paul. **Espaço, memória e migração**: por uma teoria de reterritorialização. Textos de História n. 4. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 113-136.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa BAENINGER, Rosana. (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília/SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. Migrações: Uma experiência histórica do campesinato no Nordeste. In: GODOI, Emília P. de; MENEZES, Marilda A.; MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. v. 2: Concepções de justiça nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

MONTEIRO, Claudia. **Política entre razão e sentimentos: A militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)**. 207f. Tese (Doutorado em História?). Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **II Programa de Reforma Agrária**. São Paulo, 1995.

_____. Plano Nacional do MST (1989 - 1993). **Caderno de Formação** n. 17. São Paulo: MST, 1989.

POZZI, Pablo. Memória e politização em testemunhos de operários militantes argentinos (1955-1976). In: MONTENEGRO, Antonio; DUARTE, Geni Rosa, et al. (Org.). **História oral: desigualdades e diferenças**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 69-82.

RIBEIRO, Fátima. Entrevista gravada, concedida a Rose Elke Debiasi. Vitória (ES), 07 out. 2011. 1h36min.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. Dossiê. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 24-51. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a03v13n27.pdf>>. Acesso em 17 de mar. 2016.

SCHIOCHET, Dilei. Entrevista gravada, concedida a Rose Elke Debiasi. Lagoa Seca (PB), 29 jun. 2015. 2h17min.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. v. 3. ABEP, 1992, p. 161-177. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V03A09.pdf>>. Acesso em: 27 de out. 2017.

_____. **A luta pela terra: Experiência e memória**. São Paulo: Unesp, 2004.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. 288f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas).

Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina; Florianópolis, 2002.

JORNAL SEM TERRA, Jornal Sem. n.83, mai. 1989.

_____. n. 86, ago. 1989.

_____. n. 118, jul./ago. 1992, p. 6.

_____. n. 146, abr. 1995, p. 5.

THOMPSON, E.P. **A voz do passado** – História Oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato (1990). In: WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgar; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria de Nazareth (Org.). **Camponeses brasileiros**, v. 1, Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009. p. 217-240.